

Europa tem de reconhecer o valor de Portugal



Manuel Reis Campos

Há poucos dias, quando a proposta da Comissão para o Orçamento Europeu foi oficialmente apresentada, foi possível perceber, desde logo, que as questões mais relevantes estão ainda por determinar e esta é uma negociação que entra agora numa fase crítica. Por isso, é com preocupação, que começam a vir a público os números que mais diretamente afetam o nosso País. A proposta de um possível corte de 10 a 15 por cento dos fundos destinados a Portugal é, sem margem para dúvidas, uma má notícia, mas que, apesar de tudo, vem numa altura em que ainda está nas nossas mãos fazer alguma coisa para inverter esta situação.

Se há consensos em Portugal, a necessidade de mais e melhor investimento é,

Se há consensos em Portugal, a necessidade de mais e melhor investimento é, seguramente, um dos mais firmes, quer na sociedade em geral, quer no espectro político nacional

seguramente, um dos mais firmes, quer na sociedade em geral, quer no espectro político nacional. Todos os partidos com assento parlamentar, com as diferenças que lhes são reconhecidas, reclamam mais investimento público,

maior reforço da competitividade do País e um processo sustentável de desenvolvimento que nos aproxime da média comunitária. Há, seguramente, diferentes propostas e diversas estratégias, mas ninguém ignora que o défice de investimento é um dos nossos maiores problemas estruturais, num diagnóstico que é permanentemente reafirmado pelas principais instituições internacionais.

O caricato, no contexto atual, é que a é própria Comissão Europeia uma das vozes que mais frequentemente pede a Portugal que reforce os seus níveis de investimento, público e privado, tendo, inclusivamente, estabelecido ambiciosas metas neste domínio. Sabemos que, com a saída do Reino Unido, a União Europeia vai perder 13% da sua população. Sabemos também que as exigências são cada vez maiores e que haverá custos acrescidos, mas esses cortes não podem ser direcionados para os fundos de convergência, sob pena de a União entrar em contradição com aqueles que são os seus princípios basilares.

Porém, o aspeto mais importante é que nada está decidido. E se é, por um lado, necessário exigir ao Governo uma posição forte e determinada em defesa do interesse nacional, é também o momento de demonstrar que, nesta matéria, o País está totalmente unido em torno de uma posição comum. Está em causa uma questão estruturante que afetará, de forma transversal, o nosso futuro coletivo. Estamos a falar de recursos financeiros que são essenciais para o País, nos mais diversos domínios e são determinantes para colmatar as evidentes insuficiências de um Orçamento de Estado que é, ele próprio, muito limitado por imposições europeias.

A Europa não pode exigir sacrifícios que têm um real impacto nas vidas das populações e, ao mesmo tempo, tomar decisões políticas que limitam o acesso aos instrumentos que são necessários para melhorar os fatores estruturais de coesão territorial e para a competitividade económica e social, fundamentais para o crescimento económico de Portugal.

Presidente da AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas